

Mulherisma Africana

Uma Teoria Afrocêntrica



Nah Dove

MULHERISMA AFRICANA¹

Uma Teoria Afrocêntrica

NAH DOVE
Universidade Temple

Tradução: Wellington Agudá

CONTEÚDO

CIRCUNSTÂNCIAS.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
UM CONFLITO DE INTERESSES CULTURAIS.....	6
AS RAÍZES DO RACISMO.....	11
IDEOLOGIA RACISTA COMO UM ASPECTO DA CULTURA EUROPEIA.....	14
FUNDAMENTOS PATRIARCAIS DE UMA SUPREMACIA BRANCA EM DESENVOLVIMENTO.....	16
RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO CULTURAL EUROPÉIA COMO MUDANÇA SOCIAL.....	18
NOTAS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

CIRCUNSTÂNCIAS

Este artigo surgiu de meu estudo (ver Dove, 1993, 1996) das herstories² de vida das mães Africanas que enviam seus filhos às escolas culturalmente afirmativas. Concentro-me em conceituar e definir a racialização do mundo através da dominação europeia/supremacia branca. Ao fazer este trabalho, acho que é impossível ignorar a especificidade da opressão das mulheres africanas que vivem na sociedade ocidental centrada no homem. Meu estudo original incluiu 21 herstories. Um número significativo destas mães tinham experimentado relações negativas com os homens que desempenharam papéis importantes em suas vidas. No que pareceu ser um paradoxo, estas mulheres nem odiavam, nem se separavam desses homens. Pelo contrário, aquelas que tinham filhos, por exemplo, reconheciam as suas responsabilidades para com seus filhos. Elas temiam pela sobrevivência de seus filhos e pela segurança dos homens africanos que vivem sob supremacia branca. Elas queriam que seus filhos fossem destemidos e que respeitassem as mulheres. Para ser fiel a seus sentimentos, foi exigido que eu não apenas usasse suas palavras para contar suas histórias, mas desenvolvesse uma teoria de base cultural que pudesse ser sensível às suas experiências como mulheres africanas.

Teorias pertencentes à natureza particularizada das experiências das mulheres africanas têm sido largamente insuficientes. Os relacionados com a tradição feminista, tanto branca quanto negra, criticavam as condições sociais das mulheres no seio das sociedades europeizadas e buscavam soluções dentro de paradigmas europeus. Fugindo deste padrão, a teoria Womanist Africana (de 1993) de Hudson-Weems analisa criticamente as limitações da teoria feminista e ajuda a explicar, de forma abrangente, as idéias e ativismo de algumas mulheres africanas que contribuíram para a teoria womanist (mulherista) de diferentes perspectivas ideológicas. Desta forma, ela começa a construção de um paradigma Afrocêntrico que possa abranger o ativismo de todas as mulheres africanas, reconhecidas ou ignoradas, que lutaram para libertar os povos africanos em uma escala global.

Minha perspectiva teórica aceita a inestimável análise (de 1993) de Hudson-Weems. Minha contribuição é para enfatizar ainda mais o conceito de cultura como uma ferramenta de análise para compreender a natureza das experiências das mulheres Africanas. Eu especificamente abordo a cultura como arma de resistência e como base para a definição de uma nova ordem mundial. Enfatizo a validade das experiências de mães, que olham para a sua reAfricanização³ como a solução para as desafiantes estruturas sociais alienígenas e inadequados valores e comportamentos entre homens e mulheres Africanos. À luz disto, eu uso o termo *Africano*⁴ para definir povos Africanos e sua diáspora, porque há uma crença de que nós, apesar de nossas experiências diferentes, estamos ligados à nossa memória cultural e espiritualidade Africana e podemos a qualquer momento nos tornarmos conscientes de sua importância para nossa Africanidade e futuro. Além disso, a minha intenção é adicionar credibilidade à perspectiva Afrocêntrica (Asante, 1980), destacando a teoria womanist Africana como um componente central para a construção da visão de mundo Africana.

INTRODUÇÃO

Para trazer clareza ao impacto da opressão cultural europeia como uma realidade mental, espiritual, física e material, não é mais plausível definir a nós mesmos com base no conceito eurocêntrico de raça – negra, marrom, amarela, vermelha, e branca. A raça branca, reconhecida como a mais poderosa militarística e economicamente, essencialmente controla, dirige e administra, por meio da estrutura do capitalismo, os recursos do mundo, incluindo as energias dos povos. No entanto, como uma instituição europeia estruturada para manter os interesses de desenvolvimento ocidentais, pode também ser definida como supremacia branca. O uso de uma análise cultural permite que se trace a construção social e ideológica de estruturas de raça, gênero e classe até seus antecedentes europeus. Ao mesmo tempo, torna-se evidente que as características de exploração dessas estruturas demonstram a sua centralidade para o funcionamento das sociedades europeizadas e o processo de europeização das sociedades. Embora haja um reconhecimento da complexa interação entre essas relações de poder desiguais e antiéticas, a prioridade é dada à raça como uma construção social, porque a opressão racista/supremacia branca para mulheres, homens e crianças Africanos tem precedência sobre e afeta a natureza das opressões de gênero e de classe. No entanto, também será argumentado que o patriarcado europeu está na base das desigualdades sociais do Ocidente que afetam as mulheres e os homens africanos de forma igualmente perversas.

UM CONFLITO DE INTERESSES CULTURAIS

Qual era o relacionamento entre os povos europeus e Africanos, antes e durante a invasão da África? Que efeito teve as invasões da África sobre as pessoas Africanas? Quais foram os fatores contribuintes que ajudaram os europeus em sua tentativa de conquistar o mundo? Estas perguntas serão respondidas, pelo menos em parte. Sustentar a estrutura conceitual deste trabalho é a crença de que um conflito de culturas entre os povos europeus e africanos foi fundamental para facilitar a dominação européia da África e seu povo. É importante salientar, embora este foco seja sobre a experiência Africana, que há o reconhecimento de que a dominação europeia alterou e freqüentemente destruiu outros grupos culturais diferentes do povo africano.

Como Cheikh Anta Diop (1955/1974, 1959/1990, 1981/1991a, 1991b) e outros mostraram, a África é o berço da civilização humana e, portanto, da cultura. Apesar deste fato, os estudiosos racistas há muito negam a ligação entre a civilização europeia e a Africana. No entanto, como recentemente, em 1995, ferramentas de ossos que datam 90.000 anos de idade, encontrados no Zaire (República Democrática do Congo), desafiam a crença de que a Europa foi o lar dos seres humanos modernos. Estes dados mostram que a África foi o lar de pessoas cujas ferramentas eram avançadas cerca de 50.000 anos antes das da Europa (Yellen, Brooks, Cornelissen, Mehlman, & Stewart, 1995). Embora esse conhecimento possa ter abalado os alicerces das crenças da supremacia branca, não é novidade para alguns pensadores euro e afro-centrados cuja investigação científica teve como foco Kemet (antigo Egito) como um importante centro de cultura Africana que cresceu a partir da África central e influenciou o Ocidente.⁵ Sua descoberta é que muito do conhecimento de tecnologia, filosofia, escrita, espiritualidade, saúde, escolaridade e educação da África antiga tem influenciado o desenvolvimento do que o Ocidente acredita que seja seu mundo "moderno". O pensamento cultural europeu, no entanto, negou a relação entre a África e a Europa, e forjou uma crença de que o mundo moderno não tem base em conhecimento remoto. Desta forma, a prevenção de acesso a benefícios acumulados dentro do mundo moderno pode ser justificado. Embora possa ser verdade que as mulheres e homens africanos de tempos remotos nunca poderiam ter concebido uma ordem social global deste tipo (com base no que sabemos ou estamos aprendendo de crenças espirituais de princípios de nossos antepassados), no entanto, as idéias africanas foram imperializadas para servir a um lógica europeia.

Para a finalidade de compreender o significado desta condição, eu uso a análise (de 1959/1990) de Diop de como esses dois grandes grupos culturais, uma uma consequência dos outros, se manifestam como entidades antitéticas. Diop desenvolve o conceito de unidade cultural em sua análise da gênese das culturas Africana e indo-ariano ou indo-européia. A idéia de que é possível traçar em toda a África similitude entre os sistemas institucionais contesta os argumentos eurocêntricos contemporâneos que afirmam que a África é tão diversa que a unidade cultural não pode ser encontrada como uma realidade social. Gyekye (1995), que argumenta que há uma expressividade filosófica Africana que é fundamentada culturalmente na África, refere esta noção Europeia de diferenciação Africana a uma "diversidade exagerada" criada pela "invenção da África" europeia (p. xxiv). De uma perspectiva de Afrocêntrica, há um reconhecimento da diversidade entre etnias Africanas; No entanto, a diversidade não se opõe a uniformidade. Nesta luz, só se pode

estranhar a forma como as etnias europeias foram capazes de se unir como uma massa crítica cultural para adquirir a África de um povo o qual eles alegam hoje terem poucas semelhanças. É evidente que o planejamento e execução da conquista da África e seu povo foi amparado por uma crença geral europeia de que os povos Africanos eram muito parecidos. Essa crença era tão comum que se manifesta em dados bem documentados que tentavam provar a inferioridade cultural, genética, psicológica e mental dos povos africanos através de racismo científico. Além disso, tais ideias foram apoiadas por e foram alimentadas no mundo acadêmico através de áreas como história, biologia, sociologia, antropologia, psicologia e educação (ver Dove, 1990, 1993). Naquela época, parecia politicamente oportuno apoiar esta idéia para justificar a sujeição das mulheres, homens, e crianças Africanos de formas análogas de tratamento bárbaro sob os auspícios da dominação européia. Hoje, é oportuno negar a afirmação anterior de unidade cultural, porque esse conceito, mantido nas mentes dos povos Africanos que estão desafiando o racismo acadêmico e desonestidade escolástica, assumiram um novo sentido. Ele representa uma ameaça para a doutrina fundamental da supremacia branca dentro da torre de marfim.

O conceito de unidade cultural é o alicerce do movimento acadêmico mais recente no desenvolvimento do pensamento Africano-Centrado e/ou Afrocêntrico que recupera e reconstrói uma visão de mundo Africana como central para a reforma de valores e crenças africanas e a restauração da África e seu povo (Shujaa, 1996). Esta afirmação não exclui as obras de grandes pensadores ou as idéias de ativistas sociais que estavam por séculos, antes de Diop, conscientes do papel da África e seu povo antes conquista européia. Muito pensamento livre sobre a grandeza da África e seu povo ocorreu fora do mundo acadêmico (Dove, 1996). É importante ressaltar que a unidade cultural destaca a transmissão intergeracional de valores e crenças que ocorrem, apesar e independentemente de uma consciência acadêmica de Africanidade. A consciência desse processo em curso pode permitir que se compreenda a ligação entre a fonte dessas idéias e a validação acadêmica delas. A pesquisa monumental da Chancellor Williams (1987) acrescenta credibilidade a este conceito. Ele descobriu que em toda a África um único sistema constitucional existia como se os povos Africanos, independentemente dos diferentes padrões sociais, vivessem sob um governo. Seu estudo de grandes sistemas sociais e econômicos continentais ao longo da história revelou “os mesmos padrões gerais de unidade e igualdade de todas as instituições fundamentais” (p. 21). O estudo cultural comparativo anterior, de Herskovits (1958/1990), realizado em 1958, embora metodologicamente inclusive de valores eurocêntricos, fornece evidências conclusivas de africanismos⁶ entre diferentes nações da África, bem como entre as pessoas Africanas que vivem nas Américas. As obras mais contemporâneas de Holloway (1990), de Asante e Welsh Asante (1990) e outros servem para apoiar essas afirmações. Unidade cultural como um conceito permite que se compreenda como os europeus colaboraram, apesar das diferenças étnicas ou nacionais, para impor sua supremacia sobre no mundo. Ao mesmo tempo, pode-se entender como as pessoas Africanas foram capazes de sobreviver a essa imposição e agir continuamente para libertar-se dela.

Para desenvolver o conceito de conflito de culturas, eu uso o Teoria do Berço (de 1959/1990) de Diop. Ele argumenta que dois berços distintos de civilização – o berço sul é a África, e o berço do norte é a Europa criaram os modos de estruturas sociais quase

antitéticas entre si. África, onde a humanidade se iniciou, produziu sociedades matriarcais. Com o tempo, a migração dos povos para o clima do norte produziu sociedades patriarcais centradas no sexo masculino. Diop desafia teorias europeias evolucionistas que afirmam que o matriarcado é um estágio inferior no desenvolvimento humano e na organização social. Muito simplesmente, ele atribui matriarcado para um estilo de vida agrária em um clima de abundância e patriarcado às tradições nômades decorrentes de ambientes agressivos. O conceito de matriarcado destaca o aspecto da complementaridade na relação feminino-masculino ou a natureza do feminino e masculino em todas as formas de vida, que é entendida como não hierárquica. Tanto a mulher e o homem trabalham juntos em todas as áreas de organização social. A mulher é reverenciada em seu papel como a mãe, quem é a portadora da vida, a condutora para a regeneração espiritual dos antepassados, a portadora da cultura, e o centro da organização social.

O papel da maternidade ou dos cuidados maternos não se limita às mães ou mulheres, mesmo nas condições contemporâneas. Como Tedla (1995) explica, o conceito de mãe transcende as relações de gênero e de sangue. Um membro da família ou amiga que tenha sido gentil e carinhoso pode ser dita ser uma mãe. É uma honra se ter esse título conferido (p. 61). Os valores dessa natureza têm sido fundamentais para a sobrevivência dos povos Africanos durante o prolongado e contínuo holocausto. A maternidade, portanto, descreve a natureza das responsabilidades comunitárias envolvidas na criação dos filhos e no cuidar dos outros. No entanto, embora o papel da mulher e dos cuidados maternos no processo de reprodução sejam fundamentais para a continuação de qualquer sociedade e cultura, em uma sociedade patriarcal, este papel não é atribuído com o valor que ele traz em uma sociedade matriarcal.

No contexto europeu, como Diop explica (1959/1990), a mulher é considerada pouco mais do que

um fardo que o homem arrastou atrás de si. Fora de sua função de fértil, seu papel na sociedade nômade é nulo. . . . Tendo um valor econômico menor, é ela quem deve deixar seu clã para participar do de seu marido, ao contrário do costume matriarcal que exige o oposto. (p. 29)

As diferenças que surgem a partir destas duas orientações culturais são significativas. A degradação das mulheres em uma cultura e o respeito às mulheres em outra são distinções que não devem ser ignoradas quando se analisa as dificuldades contemporâneas para povos Africanos, especialmente as mulheres Africanas vivendo em sociedades de orientações ocidentais.

Quando visto como uma entidade espiritual, valores matriarcais são um componente importante na relação entre estrutura social e o mundo espiritual. A investigação de Stone (1976) na desvalorização das mulheres na sociedade ocidental centra-se na religião como um instrumento de opressão. Ela buscou descobrir como e por que a antiga adoração da, ou melhor, reverência à deusa do sexo feminino e divindades eram subjugadas, ou mesmo destruídas e substituídas pela adoração a Deus como um homem. Embora Stone não se refira ao trabalho de Diop, publicado pela primeira vez em Inglês em 1963, sua pesquisa é iluminada por sua teoria berço e seu conceito de unidade cultural. Embora os berços sul e do norte da civilização sejam colocados em destaque na análise teórica de Diop (1959/1990) de distinções culturais, ele também se refere a um

terceiro berço: a zona de confluência onde estes dois berços se encontram. Uma dessas áreas inclui o que hoje se referem como o Oriente Médio, que já foi habitado por povos Africanos. Aqui, os povos que migram desde o berço do Norte chegaram e se hospedaram no terreno do berço do Sul. Com o tempo, essa invasão essencialmente Indo-Europia e conquista dos povos Africanos resultou na fusão cultural e genética que produziu os povos aos quais nos referimos, racialmente, como semitas. Linguisticamente, constituem o árabe e o hebraico, enquanto religiosamente, eles são islâmicos, judaicos e cristãos. É através da imposição dessas religiões centradas no sexo masculino, de acordo com Stone (1976), que a reverência anteriormente a deusa do sexo feminino (do berço sul) foi finalmente destruída.

Como Diop (1959/1990), Stone (1976) vê a conquista indo-européia do Oriente Médio, particularmente da antiga Palestina, como a do patriarcado sobre o matriarcado ou o processo de dominação masculina sobre o poder feminino. Com referência à história bíblica judaico-cristã da criação, Stone observa como a depreciação da mulher é mitificado através da estória de Eva, a mãe da criação. Eva é responsável pela queda da humanidade a partir da graça de Deus e do Jardim do Éden. É ela quem trabalha contra Deus e tenta o homem, Adão, a comer do fruto proibido. Desta forma, a humanidade nasce no pecado perpétuo. De acordo com Stone, esta estória é uma parte integrante do sistema de crença europeia contemporâneo. Tal como acontece com o Cristianismo, o Islamismo, na tentativa de destruir a reverência à deusa, viu este sistema espiritual como pagão. Ela cita o Corão: “Allah não irá tolerar a idolatria... Os pagãos rezam para mulheres” (p. xviii). A esta luz, a dominação das mulheres pelos homens pode ser vista como moralmente essencial.

As importantes descobertas de Stone (de 1976) revelaram a raiz matriarcal (Africana) do semita/Oriente Médio e da cultura Africana. Sua intenção é ligar o estado contemporâneo da mulher na sociedade ocidental à conquista das mulheres e à subversão contínua do poder das mulheres através da religião. No entanto, sua análise carece de uma clara análise cultural ou mesmo racial sobre a conquista do matriarcado pelo patriarcado que também pode ser visto como a conquista das mulheres, crianças e homens africanos por parte dos europeus. Além disso, a definição de Diop (de 1959/1990) de cultura matriarcal e de sociedade como baseada em relações de reciprocidade, complementares e, portanto, não hierárquicas não sugere que as mulheres estavam em um tempo de superioridade ao aos homens, como Stone (em 1976) implica. Em vez disso, Diop (1959/1990) afirma que um "regime matriarcal, longe de ser imposto ao homem por circunstâncias independentes da sua vontade, é aceito e defendido por ele" (p. 120). Assim, pode-se inferir a partir desses estudos que o patriarcado produz e perpetua um desequilíbrio nas relações feminino-masculino, que teve longo alcance e consequências negativas em todos os aspectos da vida no mundo contemporâneo.

A contribuição crítica de Diop (1955/1974, 1959/1990, 1981 / 1991a, 1991b) para a teoria Mulherista Africana leva-nos a supor que as conquistas da África pelos europeus desde a antiguidade até o presente pode ser vista como conquistas do matriarcado pelo patriarcado. A dominação das mulheres, homens e crianças Africanos por mulheres, homens e crianças europeus leva à subjugação potencial das mulheres Africanas por homens e mulheres brancos, bem como pelos homens Africanos. A esta luz, é possível entender como a imposição de valores ocidentais em relações feminino-masculino mais

igualitárias dos povos Africanos é tão insidiosa, especialmente quando à humanidade é
Requerido visualizar esta condição como progressiva, universal e natural.

AS RAÍZES DO RACISMO

Onde o ethos e o comportamento racista se originou? Com referência às antigas raízes do patriarcalismo indo-ariano, Diop (1959/1990) significativamente observa que uma característica da cultura indo-ariana foi a xenofobia⁷, qual ele atribuiu à dura existência no ambiente norte. Durante o desenvolvimento das cidades-estados da Grécia e da Itália, não era considerado um crime matar um visitante estranho (p. 146). No entanto, na sociedade matriarcal em que xenofilia era a norma aceita, como foi documentado em Kemet durante a 12^a dinastia (4.000 anos atrás), “mulheres e homens negros, brancos e amarelos já haviam sido admitidos viverem como cidadãos iguais” (p. 147).

Ao olharmos para a continuidade da transferência, retenção e unidade cultural, é possível ligar a xenofobia ao desenvolvimento posterior de comportamentos e ideologias racistas, que podem ser vistos como a manifestação de um medo de estrangeiros ou das diferenças. O conceito resultante de raça tem sido objecto de discussão desde a sua entrada pseudo-científica no mundo intelectual e acadêmico de estudiosos e políticos europeus em 1700 (Bernal, 1987; Fryer, 1984; Gould, 1984; Stepan, 1982; Stocking, 1982). A superioridade branca tornou-se a razão baseada na genética por trás dessa crença. Com base em uma análise cultural, a construção ideológica de raça antecede tentativas científicas por parte dos europeus para justificar supostas desigualdades genéticas. Esta afirmação desafia idéias marxistas de que o racismo surgiu a partir do capitalismo. Na realidade, o racismo foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo porque ideologia racista definiu a natureza dos termos de desenvolvimento capitalista global (Dove, 1995). Há evidências que mostram que a construção social das relações de poder racializadas foram desenvolvidas em conjunto com o controle europeu/ariano das estruturas sociais tradicionais, que em alguns casos precederam o próprio capitalismo.

A crença na superioridade branca e a prática de supremacia branca ou racismo podem ser concebidas como doença mental (Hilliard, 1987; Welsing, 1991; Wright, 1984/1994). Essa crença é um componente cultural da lógica europeia. Como Hilliard (1987) afirma, a determinação eurocêntrica da humanidade Africana (que é rebaixada) permite que os europeus neguem a realidade do seu papel histórico na destruição e degradação da África e de seus povos. Além disso, as vítimas de racismo podem ser “pró-racistas” (identificação com o agressor), independentemente da sua composição genética. Assim, é possível que as pessoas que olham o Africano perpetuem os ideais eurocêntricos que são incompatíveis com o bem-estar dos povos africanos. Welsing (1991) atribui a depravação do comportamento racista à teoria-caucasiana⁹ do medo da aniquilação genética. Em outras palavras, os europeus acreditam que eles vão perder a sua base de poder, que se baseia em sua brancura, se eles procriarem com negros, vermelhos, marrons, ou pessoas amarelas. Portanto, para manter poder e controle europeu, eles devem manter a segregação através de sua suposta superioridade genética, que está ligada à falta de melanina.

Idéias de superioridade racial que se cristalizaram na Europa em 1700 foram reflexo de idéias e comportamentos que estiveram aparentes muito antes. A teoria de Bradley (1978) apóia esta idéia. Usando uma análise sociobiológica, ele traça marcas agressivas caucasianos às origens Neanderthais. Ele também chama a uma correlação entre a predileção dos caucasianos em relação ao comportamento agressivo e à propensão

para a violência masculina contra as mulheres. Não ao contrário de Bradley, Welsing (1991) traça um paralelo semelhante entre sexo e violência. O estupro é, ela acredita, um símbolo da cultura branca, e um comportamento doentio injusto em que os genitais se tornam uma arma. a inadequação sexual é, argumenta ela, a base para o desenvolvimento de armas como um modo de conquista ou controle europeu no desenvolvimento de supremacia branca (pp. 176-178). Welsing liga o alto nível de estupro dentro da experiência urbana Africana com o rebaixamento do homem Africano sob supremacia branca (elevados níveis de desemprego, subemprego, encarceramento, a brutalidade policial, imagem negativa, etc.) e a tentativa do homem Africano de reduzir o que ele percebe ser o estado mais elevado da mulher Africana e a possível falta de respeito dela por ele através da depreciação dela. A este respeito, o homem Africano como um ser humano degradado sob supremacia branca emprega a norma cultural dos europeus para exibir sua agressão.

Seguindo a linha de raciocínio, Wright (1984/1994) argumenta que a supremacia branca é um transtorno psicótico, sugerindo que, historicamente, inadequações sexuais psicopatas têm se traduzido na construção da crença da pessoa negra como hipersexualizada como a justificativa historicamente/herstoricamente para o estupro da mulher Africana e a castração do homem Africano (pp. 7-8). Bradley enraíza a propensão caucasiana ao racismo na agressão sexual demonstrada em direção às mulheres. Mais tarde, essa agressão sexual foi transferida para desafiar as diferenças físicas com base em feições raciais. Com efeito, a agressão sexual se traduz em agressão racista, que é despendida contra ambos, homens e mulheres não-caucasianos.

Como Welsing (1991) e Wright (1984/1994) argumentam, o aspecto psicológico da crença da supremacia branca teve ramificações graves para os povos africanos, em particular. Suas análises podem ser usadas para compreender o impacto das hierarquias raciais em outros grupos oprimidos e sobre as relações masculinas e femininas dentro desses grupos. Embora eu não dê suporte à idéia sociobiológica de que a raça é o principal determinante do comportamento e da prática humana, parece que existe uma relação significativa entre os grupos culturais e as semelhanças genéticas dentro desses grupos, especialmente em relação aos fatores ambientais. King (1990) traz clareza a este ponto em sua crença de que toda a humanidade tem origem Africana e, portanto, na raça negra. Sua teoria é que o ponto negro é a semente negra da humanidade; o conhecimento de sua importância como porta de entrada para a compreensão do conhecimento supremo da vida pode ser redescoberto por pessoas negras que, geneticamente (devido à concentração de melanina), potencialmente detêm a chave para descobrir mistérios uma vez conhecidos pelos antigos - os primeiros Africanos. Em outras palavras, as pessoas negras/Africanas têm mais interesse em amar a Negritude como parte integrante da identidade cultural e a humanidade Africana. Pode ainda se dizer que a migração dos povos Africanos para o norte e as mudanças genéticas que ocorreram ao longo de milhares de anos alienou as pessoas Africanos despigmentadas do conhecimento de sua memória cultural Africana. À luz desta realidade genética, King afirma que

o banco de memória ancestral (inconsciente coletivo) é uma coleção de experiência e sabedoria Africana ao qual é exigido um conhecimento profundo da história Africana e uma aproximação negra à tradução eficiente

de imagens Africanas antigas no mundo de hoje... O racista de hoje tem medo, ignorante sobre a negritude dele/dela, escolhe fugir do testemunho ancestral negro. (p. 24)

Assim, usando a teoria de King, é possível ligar o ódio por povos Africanos de hoje e a depreciação da negritude que é exaltado na construção hierárquica europeia da supremacia branca e da racialização da humanidade como manifestações da doença mental (Hilliard, 1987; Welsing, 1991; Wright, 1984/1994), diferenças genéticas (Bradley, 1978), e antítese cultural (Diop, 1955/1974, 1959/1990, 1981/1991a, 1991b), que pode ser atribuída à alienação do europeu/branco de suas origens¹⁰ genéticas Africanas/Negras.

Como Diop (1959/1991) pontuou, cultura deve ser vista como tendo evoluído como a consequência de condições climáticas. Daqui resulta que, embora seja possível relacionar a composição genética de um povo a um grupo cultural, no geral, a cultura vai determinar o jeito que um povo se enxerga e, por isso, se comporta. Através de um processo de dominação e aculturação¹¹, é possível produzir pessoas europeizadas, quais geneticamente pareçam Africanas, mas cujas mentes tenham sido encarceradas por conceitos, valores e crenças eurocêntricos. Tais mulheres e homens, se forem incapazes de obter um entendimento sobre quem eles sejam, muito provavelmente acreditarão na fabricação europeia da inferiorização¹² cultural e genética de populações Africanas e tornam-se, como Frantz Fanon (1983) acreditava, alienadas de sua própria humanidade.

Comportamento racista, estrutura social, e ideologia enraizados no caráter da experiência patriarcal Europeia estabelece o trabalho de base para a compreensão de sua importância para a construção da supremacia branca. A capacidade de conquistar o mundo (do século 15) e aniquilar centenas de milhões de seres humanos e, em seguida, justificar essa conquista com a noção de que alguns membros da humanidade são inferiores e, portanto, dispensáveis requer uma orientação cultural particular, que foi bastante fora da experiência e prática da África matriarcal. Neste sentido, a racialização violentamente imposta do mundo pode ser vista como uma invenção europeia que é, essencialmente, culturalmente patriarcal e geneticamente influenciada na origem.

IDEOLOGIA RACISTA COMO UM ASPECTO DA CULTURA EUROPEIA

Embora o comportamento racista possa estar vinculado a antecedentes europeus, sua manifestação como hierarquia social pode ser rastreada e documentado, pelo menos, até a influência ariana no sistema espiritual hindu da Índia. A realização do hinduísmo como uma hierarquia social racializada não é muito diferente dos tipos mais recentes criados em lugares como as Américas, Europa, África do Sul, Austrália ou Nova Zelândia. Ele pode ser atribuído a pelo menos 800 a.C. (Rashidi, 1992), com a conquista ariana do vale do Indo, no Paquistão, que era povoado por Dravidianos. Esta área é vista na obra de Diop (1959/1990) como uma zona de confluência, como o chamado Oriente Médio, onde o berço do norte encontrou o berço do sul. Da mesma forma, o patriarcado do norte dominou matriarcado do sul. Esta conquista se iniciou por volta de 1900 a.C. Os Dravidians, descendentes do povo Etíope ou Chuchita que povoavam Kemet, praticavam sua religião Hindu (Houston, 1926/1985; Rashidi, 1988, 1992), que mais tarde foi transformada através dominação ariana em um sistema de castas baseada não no trabalho, mas na cor da pele (Rashidi, 1992, p. 87). O Rig Veda, o texto sagrado (ariano) do sistema espiritual hindu, descreve quatro castas que surgiram a partir do Deus Brahma. Cada casta é identificado com uma cor. O branco é associado com os brâmanes – os sacerdotes (os arianos). O vermelho é afiliado aos administradores e aos militares. O amarelo representa a cor da casta mercantil e agrícola, enquanto o Preto distingue-se pela casta mais baixa (Rashidi, 1988, 1992). A vida do Sudras (Dravidianos), a casta mais baixa, conhecida como os intocáveis, era de humilhação e degradação. Acreditava-se que até mesmo suas sombras poluíram a Terra (Rashidi, 1992, pp. 90-92). O ponto a observar esta hierarquia social racializada é que as atuais ideias sobre raça são documentadas em um sistema de crenças criado quase 3.000 anos atrás, que pode ser atribuído a uma ideologia ariana que emana do berço do norte. Stone (1976) observa a ironia da referência às mulheres no *Rig Veda*, que afirma que “a mente da mulher não suporta disciplina. Seu intelecto tem pouco peso” (p. 70). Novamente, é possível desenhar a ligação entre o patriarcado e o racismo.

Mais tarde, encontramos traços da idéia da cor da pele e sua associação com comportamentos nas obras de Aristóteles (389 a.C. a 332 a.C.), o filósofo grego. Considerado um dos maiores pensadores clássicos da Europa, Aristóteles, em *Fisionomia*, afirmou que

"aqueles que são em demasia negros são covardes, como por exemplo, os Egípcios e os Etíopes. Mas aqueles que são excessivamente brancos também são covardes, como podemos ver no exemplo das mulheres, a tez da coragem está entre os dois." (como citado em Diop, 1991b, p. 17)

Essa declaração revela a atitude racista contra com as mulheres e homens Africanos, e a atitude sexista em relação às mulheres gregas e, portanto, todas as mulheres. Ironicamente, os visitantes, especialmente os gregos, viajavam para Kemet – naquela época, o centro cultural do conhecimento – para aprender com seus tutores Africanos. Além disso, por, pelo menos, 2000 anos antes da observações de Aristóteles, como mostra a pesquisa de Barbara Lesko (1977), as mulheres “gozavam de mais direitos legais e

privilégios do que as mulheres têm em muitas nações do mundo hoje... Havia certas características – tais como o princípio da descendência matrilinear e direitos de herança matrimonial – que servem de base para a cultura Egípcia na Antiguidade” (p. i.). Por outro lado, na Grécia, mesmo tão tarde como no quinto século a.C., as observações escritas de Heródoto afirmam que as mulheres gregas, mesmo em Atenas, tinham poucas liberdades (Lesko, 1977, p. 14). À luz da opinião de Aristóteles, é interessante que ele estava presente quando seu aluno Alexander "o Grande?" começou o processo de conquista e colonização de Kemet (James, 1954/1989). Talvez a opinião de Aristóteles não fosse mais do que a do conquistador comentando sobre a facilidade de conquista.

Localizar a gênese da ideologia racial e sua expressão é importante para compreender as relações de poder raciais contemporâneas como uma característica de dominação cultural europeia. A conquista ariana do povo dravídico fornece um exemplo perfeito de como uma crença na superioridade e inferioridade com base na cor da pele pode se tornar uma fé religiosa, como o hinduísmo – não tão diferente da representação euro-cristã do branco como bom e Preto como ruim ou a maldição de Cam. Ao mesmo tempo, sua expressão na hierarquia social moderna da Índia tem uma semelhança com as condições contemporâneas de Africanos que vivem no Ocidente sob a supremacia branca (Rajshakar, 1987). É possível ver como a ideologia racista pode ser culturalmente transferida para agir como uma força coesa para reunir diferentes etnias européias e sujeitar suas hostilidades sob os auspícios da supremacia branca na busca pela conquista do mundo.

FUNDAMENTOS PATRIARCAIS DE UMA SUPREMACIA BRANCA EM DESENVOLVIMENTO

Eu expliquei a conquista da África pelos europeus como a conquista do matriarcado pelo patriarcado. Ao mesmo tempo, a zona de confluência na área do atual do Oriente Médio também foi uma experiência paralela para os povos Indígenas Africanos que povoavam a área antes da conquista indo-ariana. O ponto que eu estou fazendo é que os valores matriarcais que os povos africanos retiveram teve um grande impacto sobre a Europa durante e após a destruição de Kemet. Sua influência se espalhou pela Europa, inspirando mulheres sob a tirania da opressão patriarcal a praticarem crenças espirituais que invocavam os princípios femininos do Criador. Como observado anteriormente, os povos Africanos tinham se estabelecido na Europa antes da povoação dos Mouros já a partir de 1000 A.C. (Van Sertima, 1988, pp. 134-137). Além disso, a conquista da Kemet pelos gregos em 332 a.C. e pelos romanos de 30 a.C. a 323 d.C. certamente teria tido uma grande influência sobre as mulheres gregas e romanas. A pesquisa de Diop (1959/1990) revela uma tradição europeia de matar mulheres por conta de seu apoio a valores matriarcais que podem ser traçados até Grécia e a Roma, quando as mulheres eram proibidas de praticar o culto a Dionísio, um deus nacional Egípcio (Kemético) (p. 175). Dionísio representava a dualidade dos sexos e o desenvolvimento dos seres humanos, especialmente as mulheres. Diop diz que "ele é o deus cujo ensinamento contém todas as aspirações secretas da mulher ariana, tão constrangidas e sufocadas pela sociedade" (p. 174). Parece que as deusas Diana¹³ e Isis (Auset) foram reverenciados por toda a Europa a partir, pelo menos, do quinto século. É significativo que, tanto Diana, quanto Isis (Auset) eram Afrikanas. Diana era Etíope (Diop, 1959/1990, p. 80) e Isis (Auset) era de Kemet.

A presença moura na Europa teria feito pouco para aliviar este problema. Se o impacto das pessoas Afrikanas na Europa inculcou um medo dentro do cristianismo do conhecimento dos Mouros e sua conexão com a negritude, também deve ter transmitido um medo sobre o poder e o papel das mulheres Africanas, porque, naquele tempo, a fé islâmica praticada pelos mouros Africanos na Espanha ainda mantinham influências matriarcais, em oposição ao patriarcado do cristianismo católico. Reynolds (1992) observa que "os mouros eram conhecidos por terem sido governados por chefes do sexo feminino, mulheres santas ou rainhas, mesmo no tempo da islamização da África do Norte" (p. 111). Isso explicaria meninas e meninos que frequentam a escola e o status elevado de mulheres que eram, por exemplo, advogadas, médicas e professoras na Espanha Moura (Jackson, 1992).

De acordo com Mies (1986), milhões de mulheres foram assassinadas como bruxas do século 13 até o século 19. Ela relaciona este holocausto à guerra prolongada realizada por homens europeus contra as mulheres europeias para o controle sobre as instituições centradas no sexo feminino, durante o desenvolvimento do capitalismo (p. 70). Sale (1991), Walker (1983) e Stone (1976) vinculam a queima das bruxas à cristianização da Europa. A sanção dessas mortes pela Igreja, sugere Sale (1991), foi relacionado com o medo das mulheres por causa de sua prática de outras formas de culto, como animismo, adoração à deusa, e paganismo (p. 249). Em outras palavras, a consolidação do cristianismo na Europa pode bem ter sido uma tentativa planejada para acabar com influências espirituais matriarcais em mulheres europeias.

Contemporaneamente à queima das bruxas, para facilitar a expulsão dos povos Africanos e sua influência, a Inquisição foi projetada pela Igreja Católica para purgar a terra de não-cristãos, queimando os assim chamados hereges. É lógico supor que os hereges eram principalmente mulheres e homens Africanos os que lhes fossem associados. A pesquisa de Sale (1991) sugere que havia uma relação entre a queima de hereges e a queima das bruxas. Se este for o caso, então, quem foram as mulheres assassinadas? Em qualquer caso, nós sabemos que elas não eram cristãs. Muito provavelmente, elas não eram todas europeias, como Mies (1986) e Sale (1991) implicam. Se o que Mies (1986) postula – que a matança das bruxas foi sobre o controle da reprodução sexual das mulheres – for verdade, então, dada a natureza xenófoba dos europeus e o seu aparente medo da negritude, podemos supor que muitas dessas mulheres podem muito bem terem sido negras.

Qualquer análise séria das características culturais e racializadas que sustentam a cristianização da Europa deve incluir o desenvolvimento do capitalismo através de expansionismo europeu e a construção da supremacia branca como base para o massacre em massa de mulheres, homens e crianças Africanos; Primeiro Nações de mulheres, homens, e crianças; e mulheres brancas que praticavam valores matriarcais. Parece claro que as forças culturais que surgiram a partir do patriarcado do norte resultaram na morte de milhões de mulheres cuja lealdade cultural e, possivelmente, a racial foram postas à prova.

RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO CULTURAL EUROPÉIA COMO MUDANÇA SOCIAL

Embora seja importante definir as opressões que afetam a vida das mulheres, homens e crianças Africanos com o propósito de desenvolver teorias e estratégias libertadoras, também é necessário compreender que os povos Africanos têm uma história/herstória rica em resistência às formas de opressão Européias. Atos de resistência devem ser colocados dentro da teoria da libertária, porque eles têm firmado os alicerces para futuras estratégias relativas ao desenvolvimento institucional para a autodeterminação. Houve sempre uma crença dentro da memória cultural de uma outra forma de ser e estar e a retenção de valores que têm sustentado e mantido a vida dos povos Africanos em todo o holocausto prolongado (Hilliard, 1995; Nobles, 1985). Assim, a luta pela sobrevivência – a resistência dos povos Africanos à desumanidade envolvida no processo de captura, escravização e colonização – não tem apenas facilitado na humanização e na democratização da sociedade ocidental, mas forneceu a espinha dorsal da mudança social. A luta pelo controle sobre a espiritualidade, psicologia, mentes, crenças, valores, integridade, dignidade, herstória, história, conhecimento, direitos, terras e recursos, tem sido longa e sangrenta, e incontáveis números se perderam no caminho (Ani, 1994; Ben-Jochannan, 1972; Chinweizu, 1975; Fryer, 1984, 1988; Rodney, 1972; Williams, 1987).

Desde a antiguidade, como líderes espirituais, militares e políticas, os papéis das mulheres têm sido fundamentais no esforço para assumir o controle de terras, recursos e energias da ocupação estrangeira. Não surpreendentemente, alguns estudiosos têm trazido esta isto à luz. As primeiras evidências do papel da mulher na defesa da África sai da história etíope das Candaces, que eram mulheres governantes. Após a conquista grega de Kemet, os romanos haviam tomado o controle em 30 a.C. Sua tentativa de dominar Cush (Etiópia) falhou como resultado das habilidades militares e políticas das Candaces (possivelmente Amanirenas). Na verdade, nem os gregos, nem os romanos conseguiram conquistar Cush (Finch, 1990). Estas guerreira levantaram-se continuamente a partir da pré-escravização à pós-escravização por séculos, até hoje, no Continente, no Caribe, e na América do Norte e Sul.

Formas de resistência variaram do heroísmo individual a levantes em massa. Hilliard (1995) fala da necessidade de redescobrir e tornar-se inspirado pelos incontáveis atos de bravura que devem ser ressuscitados da nossa memória cultural. O acúmulo desses atos pode ser rastreada herstoricamente dentro dos movimentos Nacionalistas Negros e Pan-Africanistas, que podem ser vistos como tendo evoluído a partir de encontros violentos iniciais de europeus com os povos Africanos. Em particular, a mulheres e homens Quilombolas têm sido atribuídos o maior respeito por suas realizações em bravura e seu sucesso na obtenção de autodeterminação dos seus povos durante o período da escravidão. Suas origens na Jamaica foram rastreadas até a África Ocidental, em particular, Gana (Hart, 1985). Quilombolas configuraram suas sociedades no Caribe e na América do Sul. No Brasil, eles construíram a primeira república Africana, Palmares, em 1600, depois de escaparem do cativeiro português e dos holandeses (Do Nascimento, 1992). Sua história é rica em sucesso a guerras travadas contra os europeus.

A partir de Jamaica no início de 1700, surgiu Nanny, o grande líder militar e estrategista Quilombola (Hart, 1985, p. 44). Da África, veio a Rainha Nzinga (1581-1663) de Angola, Dona Beatriz (1682-1706) do Kongo, e Yaa Asantewa (1840/60-1920), de Gana (Sweetman, 1984). Dos Estados Unidos, surgiu Harriet Tubman (James, 1985, p. 23). Há inúmeras histórias de bravura das mulheres Africanas, e a maioria nunca tem sido referida. A reconstrução de herstória é importante para a compreensão e definição da identidade cultural Africana fora dos paradigmas europeus construídos por homens e mulheres brancos.

A bravura dessas mulheres tem alimentado na gênese dos movimentos Pan-Africanistas e Nacionalistas Negros, reconhecida ou não. Na situação contemporânea, mulheres Africanas escritoras como Ifi Amadiume (1987), Filomina Chioma Steady (1987), Niara Sudarkasa (1987), Rosalyn Terborg-Penn (1987), Hazel Carby (1982), e outras destacam os papéis críticos que mulheres em toda a África, do Moçambique, Angola, Namíbia, África do Sul, Nigéria e Quênia, por exemplo, têm se empenhado nas lutas pela independência da dominação européia. No entanto, como resultado do patriarcado ocidental, os homens foram vistos e promovidos como as principais representações, enquanto as mulheres receberam menos reconhecimento ou crédito.

As obras de Paula Giddings (1988) e Stella Dadzie (1990) fornecem herstórias de mulheres proeminentes que foram ignorados nos anais da estória Africana. Importante em todas as frentes, as mulheres como mães têm desempenhado o papel mais crítico nos movimentos de resistência. O amor da mãe por seu filho, por necessidade, desafia a construção europeia da humanidade rebaixada de seu filho. Este amor é em si a semente da revolução, porque é antitético à crença dominante na superioridade branca. Como pode a mãe Africana acreditar que seu filho é inferior ao filho de seu opressor? Na realidade, ela não faz. As mães devem ser colocados na História da resistência para que meninas e meninos aprenderão de seus papéis potenciais como guerreiros na luta Africana e da centralidade da família e dos pais para a mudança social.

Embora esteja na agenda dos pensadores e ativistas Africano-centrado e/ou Afrocêntricos re-africanizar, os efeitos da cultura centrada no homens sobre as mentes e comportamentos de homens e mulheres Africanos não podem ser levados sem preocupação. As ramificações da aceitação de uma determinação européia de humanidade, que envolve relações de poder masculinas e femininas, são evidentes. De uma perspectiva de Afrocêntrica, há menos evidências herstóricas para mostrar que a europeização dos povos Africanos leva à melhoria da qualidade de vida em escala global do que há para mostrar o contrário. Infelizmente, há alguns que continuam a ajudar no processo de aculturação como agentes de opressão, seja voluntariamente ou inconscientemente. À luz desta agenda de subjugação, Hilliard (1995) afirma, "O maior medo dos nossos opressores é que nos tornemos conscientes, independentes e unificados"(p. 8).

Até que essa hora chegue, é evidente que o abuso físico e mental das mulheres Africanas seja tolerado não só pelas mulheres e pelos homens europeus, mas também por mulheres e homens Africanos. Algumas mulheres escritoras negras, tais como Alice Walker, Masani Alexis De Veauz, Bell Hooks, Toni Morrison, e outros realçam a cumplicidade de homens e mulheres Africanos em nossa própria morte. Meu estudo das mães Africanas mostra que o sofrimento das mulheres neste contexto deve ser incluído nas análises graves das formas de opressão que as pessoas Africanas suportam de modo que se

entende que a luta contra a degradação das mulheres Africanas é tanto interna, como externa. Desta forma, a realidade social da opressão delas e sua resistência a ela se tornará uma parte central da teoria em desenvolvimento preocupada com a libertação dos povos Africanos a partir de formas eurocêntricas de opressão (Dove, 1996).

O "paradigma da família justa" que T'Shaka (1995) desenvolve, fala com a necessidade de definir termos que são fundamentados na experiência Africana. *Twinleal* "é a noção de que as sociedades justas existem 'onde todos os homens e mulheres justos são igualmente empoderados para governar todas as fases da sociedade'" (p. 184). Sua pesquisa, como a de Diop, fornece evidências de regências *twinleal* passada e existente, que são modelos que apresentam os princípios equilibrados que todos os povos Africanos podem aspirar voltar para, começando com a família como a primeira instituição de desenvolvimento social. Como Diop (1990) disse: "O grau de uma civilização é medido pelas relações entre o homem e a mulher" (p. 175). Assim, qualquer teoria de libertação Africana futura e contínua e ativismo começa com o esforço para recuperar, herstoricamente e culturalmente, a relação complementar da mulher e do homem como a base para "nossistória" e a auto-determinação. A esta luz, portanto, o *womanism* Africana como teoria Afrocêntrica assume um papel central e fundamental nesse esforço.

NOTAS

1. Mulherismo Africana é um conceito que tem sido moldado pelo trabalho de mulheres como Clenora Hudson-Weems, Ifi Amadiume, Mary E. Modupe Kolawole, e outras. O Mulherismo Africana pode ser visto como fundamental para o contínuo desenvolvimento da teoria Afrocêntrica. Mulherismo Africana traz à tona o papel das Mães Africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios Maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, justiça, ordem e assim por diante. Nesse sentido, creio que expressar Maat possa ser um termo que desenvolverá ainda mais a teoria Afrocêntrica.

2. O conceito de Hazel Carby (1982) de *herstory* é usado para reconhecer uma perspectiva centrada no sexo feminino para as mulheres Africanas de que pode ser livre das mulheres europeias. Ela esclarece que

A *história* construiu a nossa sexualidade e nossa feminilidade como desvio dessas qualidades com as quais as mulheres brancas, como os objetos de prêmios do mundo ocidental, foram dotadas... Nossa luta contínua com a *história* começou com sua "descoberta" de nós... Não podemos esperar nos reconstituirmos em todas as nossas faltas, ou corrigir as presenças mal concebidas que invadem a *herstória* pela *história*, mas nós desejamos testemunhar as nossas próprias *herstórias*. (p. 212).

Ela argumenta ainda que a *história* Africana de resistência à opressão Europeia inclui as lutas travadas por mulheres Africanas. Segue-se que é preciso estar ciente da reciprocidade nas relações de poder entre o sexo feminino e o sexo masculino Africano antes da invasão. Deste modo, a construção de movimentos de *herstória* em relação a uma autêntica representação da *história* Africana.

3. Reafricanização é um termo usado por Amílcar Cabral (1973), em um discurso chamado "Libertação Nacional e Cultura" entregue em 1970, que é definido como um processo de recuperação que os povos Africanos colonizados pelos europeus (Portugueses, neste caso) devem por necessidade serem submetidos a apreciarem sua herança cultural. Este processo fornece uma base para contestar a imposição de valores culturais europeus que servem para degradar a África como uma parte integrante da dominação e da conquista.

4. Africano é usado para descrever aquelas mulheres, homens e crianças que são pessoas Africanas continentais ou membros da diáspora que vivem nas sociedades europeias ou europeizadas fora do continente. Este termo reconhece a especificidade cultural e experiencial de um povo diversificado. Por causa de uma necessidade pela "intelligentsia" europeia de distinguir tipos humanos como raças, povos Africanos foram categorizados como uma raça negra que pode variar do preto ao marrom. Dimensões psicológicas, distinções culturais e atributos físicos e mentais têm sido atribuídos às assim chamadas raças para diferenciá-las em uma escala hierárquica. No caso deste trabalho, Africano tem um valor genético que liga aqueles que carregam as características físicas, mas, mais importante, oferece o potencial de conectar essas características para um sistema de valor cultural que venera a humanidade Africana.

5. Ver Browder (1992) para uma lista abrangente de cientistas envolvidos na pesquisa e estudos sobre Kemet.

6. Africanismo é um conceito desenvolvido por Herskovits (1958/1990) que se refere à semelhança cultural que existe entre os povos Africanos onde quer que existam.

7. Xenofobia é o medo de estrangeiros.

8. Xenofilia é a prática de fazer bem-vindos os estrangeiros.

9. Caucasiano é uma categoria racial criada por Blumenbach em 1700 na Universidade de Göttingen, na Alemanha para se referir a mulheres e homens brancos. Ele colocou a raça branca no topo de uma hierarquia das supostas raças da espécie humano (Fryer. 1984, pp.27-28).

10. Ani (1994) desafia a noção de King (1990) dos europeus Africanos - a ideia de que os europeus são africanos - sugerindo que o seu processo de mutação genética ao longo do tempo já não podem permitir-lhes estar associados a sua humanidade Africana original.

11. Aculturação é uma parte integral do processo de colonização europeia. Ela inclui qualquer uma ou todas essas coisas: a remoção de pessoas de suas terras, a proibição das pessoas de falarem suas línguas e/ou praticar suas formas culturais, e a inculcação de valores e práticas estrangeiras, quer através de meios forçados ou sutis. É, neste contexto, um processo de desumanização violento e brutal que inclui negar às pessoas a sua humanidade; tomar o controle de ou destruir as instituições tradicionais; violentamente remover liderança real; usando tortura e abuso de crianças, mulheres e homens fisicamente, mentalmente, economicamente e espiritualmente para conseguir o controle; e com o impedimento do acesso ao conhecimento cultural e a imposição de idéias que são hostis à continuidade cultural de um povo. Estes aspectos da aculturação são suportados por uma crença na moralidade e justiça desse processo.

12. Inferiorização, tornar inferior, é um conceito usado por Welsing (1991) em *Os Papéis de Isis*.

13. Ver Barbara Walker (1983), *Enciclopédia de Mitos e Segredos das Mulheres*, para obter informações sobre Diana. Ela era considerada a Rainha do Céu, a Mãe das Criaturas, e a Caçadora.

Culto a Diana era tão difundido no mundo pagão, que os primeiros cristãos a viam como sua principal rival, que é porque dela mais tarde ter tornado a “Rainha das Bruxas”. Os Evangelhos ordenavam a destruição total de todos os templos de Diana, a Grande Deusa adorada pela “Ásia e todo o mundo” (Atos 19:27). (P. 233)

REFERÊNCIAS

- Amadiume, I. (1987). *Male daughters, female husbands*. London: Zed Books.
- Ani, M. (1994). *Yurugu**. Trenton, NJ: Africa World Press.
- Asante, M. K. (1980). *Afrocentricidade**. Buffalo, NY: Amulefi.
- Asante, M. K., & Welsh Asante, K. (1990). *African culture: The rhythms of unity*. Trenton, NJ: African World Press.
- ben-Jochannan, Y. (1972). *Cultural genocide*. Chesapeake, VA: ECA Associates.
- Bernal, M. (1987). *Black Athena*. London: Free Association Books.
- Bradley, M. (1978). *The iceman inheritance*. New York: Kayode.
- Browder, A. (1992). *Nile Valley contributions to civilization*. Washington, DC: Institute of Karmic Guidance.
- Cabral, A. (1973). *Return to the source* (M. Webster, Trans.). New York: Monthly Review Press.
- Carby, H. (1982). *Black feminism and the boundaries of sisterhood*. In Center for Contemporary Cultural Studies (Eds.), *The empire strikes back*. London: Hutchinson.
- Chinweizu. (1975). *The West and the rest of us*. New York: Vintage.
- Dadzie, S. (1990). Searching for the invisible woman: Slavery and resistance in Jamaica. *Race and Class*, 32(2), 21-38.
- Diop, C. A. (1974). *The African origin of civilization: Myth or reality?* (M. Cook, Trans.). New York: Lawrence Hill. (Original work published 1955)
- Diop, C. A. (1990). *A Unidade Cultural da Africa Negra**. Chicago: Third World Press. (Original work published 1959)
- Diop, C. A. (1991a). *Civilization or barbarism* (Y.-L. M. Ngemi, Trans.). New York: Lawrence Hill Books. (Original work published 1981)
- Diop, C. A. (1991b). *As Origens dos Antigos Egípcios**. In I. Van Sertima (Ed.), *Egypt revisited*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishing.
- Do Nascimento, A. (1992). *Africanos no Brasil**. Trenton, NJ: Africa World Press.
- Dove, N. (1990). *Racism and its affect on the quality of education and the educational performance of the Black child*. Unpublished master's thesis, Institute of Education, University of London.
- Dove, N. (1993). *Racism and resistance in the schooling of Africans*. Unpublished doctoral dissertation, State University of New York, Buffalo.
- Dove, N. (1995). An African-centered critique of Marx's logic. *Western Journal of Black Studies*, 19(4), 260-271.

- Dove, N. (1996). Understanding education for cultural affirmation. In E. K. Addae (Ed.), *To heal a people*. Baltimore: Kujichagulia Press.
- Dove, N. (in press). *Afrikan mothers: Bearers of culture, makers of social change*. Albany: State University of New York Press.
- Fanon, F. (1983). *Os Condenados da Terra**. Harmondsworth, UK: Pelican.
- Finch, C. (1990). *The African background to medical science*. London: Karnak House.
- Fryer, P. (1984). *Staying power*. London: Pluto Press.
- Fryer, P. (1988). *Black people in the British Empire*. London: Pluto Press.
- Giddings, P. (1988). *When and where I enter*. New York: Bantam.
- Gould, S. J. (1984). *The mismeasure of man*. Harmondsworth, UK: Pelican.
- Gyekye, K. (1995). *African philosophical thought*. Philadelphia: Temple University Press.
- Hart, R. (1985). *Slave who abolished slavery: Vol. 2. Blacks in rebellion*. Jamaica: Institute of Social & Economic Research, University of the West Indies.
- Herskovits, M. J. (1990). *The myth of the Negro past*. Boston: Beacon. (Original work published 1958)
- Hilliard, A. (1987). *Free your mind: Return to the source* [Videografia]. East Point, GA: Waset Educational Productions.
- Hilliard, A. (1995). *The Maroon within us*. Baltimore: Black Classic Press.
- Holloway, J. E. (1990). *Africanisms in American culture*. Bloomington: Indiana University Press.
- Houston, P. D. (1985). *Wonderful Ethiopians of the ancient Cushite Empire*. Baltimore: Black Classic Press. (Original work published 1926)
- Hudson-Weems, C. (1993). *Africana womanism: Reclaiming ourselves*. Troy, MI: Bedford.
- Jackson, J. (1992). The empire of the Moors. In I. Van Sertima (Ed.), *Golden age of the Moor*. New Brunswick, NJ: Transaction Books.
- James, C.L.R. (1985). *A history of Negro revolt*. London: Race Today.
- James, G. (1989). *Legado Roubado**. New York: United Brothers Communications Systems. (Original work published 1954)
- King, R. (1990). *African origin the biological psychiatry*. Hampton, VA: U.B. & U.S. Communications Systems.
- Lesko, B. (1977). *The Remarkable women of ancient Egypt*. Berkeley: University of California Press.
- Mies, M. (1986). *Patriarchy and accumulation on a world scale*. London: Zed Books.
- Nobles, W. (1985). *Africanity and the Black family*. Oakland, CA: Black Family Institute.
- Rajshekar, V. T. (1987). *Dalit: The Black untouchable of India*. Atlanta, GA: Clarity Press.

- Rashidi, R. (1988). Africans in early Asian civilizations. In I. Van Sertima & R. Rashid (Eds.), *African presence in early Asia*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishing.
- Rashidi, R. (1992). *Introduction to the study of classical African civilizations*. London: Karnak House.
- Reynolds, D. (1992). The African heritage and ethnohistory of the Moors: Background to the emergence of early Berber and Arab peoples, from prehistory to the Islamic dynasties. In I. Van Sertima (Ed.), *Golden age of the Moor*. New Brunswick, NJ, and Oxford, UK: Transaction Publishing.
- Rodney, W. (1972). *How Europe underdeveloped Africa*. London: Bogle L'Overture.
- Sale, K. (1991). *The conquest of paradise*. New York: Knopf.
- Shujaa, M. (1996). Afrocentric education. *African Peoples Review*, 5(2), 17-18.
- Steady, F. C. (1987). African feminism: A worldwide perspective. In R. Terborg-Penn (Ed.), *Women in Africa and the African diaspora*. Washington, DC: Howard University Press.
- Stepan, N. (1982). *The idea of race in science*. New York: Macmillan.
- Stocking, G. (1982). *Race, culture and evolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- Stone, M. (1976). *When God was a woman*. San Diego, CA: Harvest.
- Sudarkasa, N. (1987). "The status of women" in indigenous African societies. In R. Terborg-Penn (Ed.), *Women in Africa and the African diaspora*. Washington, DC: Howard University Press.
- Sweetman, D. (1984). *Women leaders in African history*. London: Heinemann.
- Tedla, E. (1995). *Sankofa: African thought and education*. Washington, DC: Peter Lang.
- Terborg-Penn, R. (1987). *Women in Africa and the African diaspora*. Washington, DC: Howard University Press.
- T'Shaka, O. (1995). *Return to the African Mother principle of male and female equality*. Oakland, CA: Pan Afrikan.
- Van Sertima, I. (1988). *African presence in early Europe*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishing.
- Walker, B. G. (1983). *The woman's encyclopedia of myths and secrets*. New York: Harper-Collins.
- Welsing, F. C. (1991). *Os Papéis de Isis**. Chicago: Third World Press.
- Williams, C. (1987). *The destruction of Black civilization*. Chicago: Third World Press.
- Wright, B. (1994). *A Personalidade Racial Psicopata** Chicago: Third World Press. (Original work published 1984)
- Yellen, J. E., Brooks, A. S., Cornelissen, E., Mehlman, M. J., & Stewart, K. (1995). A middle Stone Age worked bone industry from Katanda, Upper Semliki Valley, Zaire. *Science*, 268, 553-556.

*As obras cujos títulos estejam traduzidos, são obras que já estão traduzidas, e/ou em processo de tradução pela nossa equipe de tradutores.

Nah (Dorothy) Dove, Doutora, recentemente, transferiu-se da Universidade Temple, onde ela era uma professora assistente visitante, pra ingressar a faculdade no Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Nova Iorque, em Buffalo. Ela adquiriu seu grau de mestre em sociologia pela Universidade de Londres, e seu doutorado em estudos americanos pela Universidade de Nova Iorque, em Buffalo. Sua pesquisa de interesse é sobre resistência Africana à dominação cultural europeia. Seu foco é em definir a teoria Mulherisma Africana (voz de Maat) como um componente crítico no desenvolvimento do paradigma Afrocêntrico.